PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT	REVISTA DE GEOGRAFIA Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia	OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS
--	--	--

ESPAÇO AGRÁRIO EM QUESTÃO: DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE A ATUAÇÃO PERVERSA DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Deyvison Lopes Siquiera¹

¹ Mestrando em Geografia - PPGeo - Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista FAPEMIG. E-mail. deyvisonsiquiera@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0393-1292>

Resenha recebida em 10/07/2020 e aceito em 30/01/2021

RESUMO

A Coletânea “Espaço agrário em questão”, organizada pelos pesquisadores Anderson Willians Bertholi e Gustavo H. Cepolini Ferreira, é composta por quatorze artigos e apresenta, através de aportes teóricos e práticos, aspectos relacionados a perversidade no modo de atuar do agronegócio brasileiro, que promove ações em várias atividades agrícolas no território brasileiro. Esta estrutura fundiária concentradora, que pressiona os trabalhadores rurais e a própria estrutura do Estado, aumenta o antagonismo na questão agrária cujo cerne está na expansão geográfica incoerente e desigual, imposta pelo capitalismo nos espaços rurais brasileiros e, por fim, essa estrutura cria uma desigualdade social e territorial extrema entre as regiões brasileiras.

Palavras-chave: Geografia Agrária. Campesinato. Brasil.

AGRICULTURAL AREA IN QUESTION: CONTEMPORARY DISCUSSIONS ON THE PERVERSE ACTION OF AGRIBUSINESS IN BRAZILIAN TERRITORY

ABSTRACT

The collection “Agricultural area in question”, organized by researchers Anderson Willians Bertholi and Gustavo H. Cepolini Ferreira, consists of fourteen articles and presents, through theoretical and practical contributions, aspects related to perversity in the way of action of Brazilian agribusiness, which promotes actions in various agricultural activities in Brazilian territory. This concentrated land structure, which puts pressure on rural workers and the state structure itself, increases the antagonism in the agrarian issue whose core is in the incoherent and unequal geographical expansion, imposed by capitalism in Brazilian rural spaces and, finally, this structure creates extreme social and territorial inequality between Brazilian regions.

Keywords: Agrarian Geography. Peasantry. Brazil.

BERTHOLI, Anderson Willians; FERREIRA, Gustavo H. Cepolini Ferreira (Orgs.)
Espaço agrário em questão. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

Introdução

A Coletânea inicia-se com a epígrafe “**A fala da terra**” de Pedro Tierra, cuja reflexão “dá o tom” da leitura, ou seja, a defesa da terra, dos territórios e da liberdade no espaço agrário. Nesse contexto, o prefácio elaborado pelo professor e pesquisador da Universidade Estadual de Goiás, Ângelo Cavalcante, segue atual e provocador, ao elencar as tramas históricas da formação territorial do Brasil e as nuances da mundialização.

No primeiro capítulo, “O quadro fundiário e os latifúndios no Brasil: uma análise da Amazônia legal”, que tem como autor Gustavo H. Cepolini Ferreira, expõe-se a barbárie dos conflitos no campo brasileiro, regidos pelo agronegócio, ocasionando vários conflitos e mortes no campo, principalmente nas áreas de terras públicas. Este quadro de conflitos, acaba por expulsar camponeses e populações extrativistas/tradicionais, facilitando a regularização destas áreas para o agronegócio, para a mineração e para determinados projetos e ações de conservação ambiental, o que agrava os impactos ambientais na região.

O segundo capítulo, “Territorialidades no cerrado amazônico maranhense: agricultura camponesa e agronegócio em Campestre”, escrito por Jessé Gonçalves Cutrim, apresenta uma discussão sobre os impactos negativos causados pela agroindústria canavieira no município de Campestre do Maranhão, fator que gera conflitos sociais, concentração de terra e de renda, provocando conflitos socioambientais, onde as empresas exercem o domínio total da área verde para o cultivo de cana-de-açúcar no município. A concentração de terras para a produção de cana-de-açúcar na região gera diversas consequências negativas para a agricultura familiar, provocando o aumento do êxodo rural. Nesse sentido, o município de Campestre, em sua área rural e urbana, sofre impactos ambientais que se manifestam de várias formas.

No terceiro capítulo, intitulado “Territórios em disputa: atores e cenários no conflito ambiental deflagrado pelo projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol-MG”, dos pesquisadores Graziano Leal Fonseca, Ana Paula Glinfskoi Thé e Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, debate-se o cenário da implementação do projeto de mineração da Sul Americana de Metais S.A. (SAM), empresa que adquiriu direitos minerários abrangendo áreas nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta-de-Leite, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Rio Pardo de Minas, na

região Norte de Minas Gerais. O anúncio desse projeto em 2011 trouxe para a população da região, por um lado, a expectativa de uma nova era de desenvolvimento econômico para a região norte do estado e, por outro, preocupações e incertezas quanto ao risco de desestruturação dos sistemas ecológicos, produtivos e culturais das comunidades rurais locais, causando a desestruturação das relações sociais, econômicas, culturais e da biodiversidade local.

No quarto capítulo, “Questão agrária e a monocultura do eucalipto no Alto Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais”, escrito por Clebson Souza de Almeida e Aline Weber Sulzbacher, aborda-se as formas de expropriação das famílias pertencentes às comunidades tradicionais do Alto Jequitinhonha, com a tomada de seus territórios de vida. Promulgando assim, através do aparelho do Estado, leis a favor da hegemonia de uma determinada classe social, “a burguesia”, representada pela oligarquia agrária, através da concentração da propriedade da terra na região. As áreas utilizadas pelas empresas eucaliptoras na região, em sua grande maioria se mantém, até o momento, em área de terras devolutas. Essas ações expropriadoras vêm retirando dos camponeses as terras tradicionalmente ocupadas do Alto Jequitinhonha. Assim, através dos aparatos políticos, financeiros e jurídicos, têm-se orquestrado uma “grilagem legalizada”.

O quinto capítulo, intitulado: “A construção do território de identidade de Irecê/BA: um novo recorte territorial no campo brasileiro”, de Antônia dos Reis Salustiano Evangelista, apresenta alguns conceitos de território. Busca-se compreender as implicações da regionalização para o desenvolvimento regional, sobretudo, no município de Irecê, sede do território de identidade que leva seu nome. Especificamente, a construção do Território de Identidade de Irecê, no estado da Bahia, funciona desde 2003 e congrega 20 municípios com aspectos históricos semelhantes. O processo de construção do território seguiu os princípios da metodologia fundamentada na gestão social participativa. Porém, a regionalização dos territórios voltada para a identidade, assim como outros recortes territoriais anteriores, não tem mostrado efetividade na solução dos problemas que afligem a população das áreas mais distantes da capital do estado. A construção do Território de Identidade de Irecê representou uma tentativa, por parte do estado e demais agentes da sociedade civil, de minimizar os problemas econômicos e sociais na região.

O sexto capítulo, “As questões sociais da migração da juventude rural e os desafios de sucessão nas unidades familiares de produção: um estudo de caso nos municípios de Japaratuba e Moita Bonita/SE”, que tem como autores Handresha da Rocha Santos e José Eloízio da Costa, discute as principais dificuldades que os pequenos produtores e pequenos estabelecimentos sergipanos

enfrentam diariamente, na tentativa de se manterem na agricultura e permanecerem no campo. O aumento da produção, nos pequenos estabelecimentos sergipanos, esbarra nas condições precárias causadas pela falta de modernização, bem como pelo pouco acesso aos créditos e pelo uso inadequado do solo. Além disso, ocorre o processo migratório de muitos jovens e adultos para as cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Já no sétimo capítulo, “A formação do oeste brasileiro: uma abordagem geográfica da pecuarização”, o autor, Anderson Bertholi, destaca alguns aspectos da prevalência dos latifúndios no Pantanal, com a implantação de um modo de produção voltado para os interesses dos colonizadores europeus, as entradas ao território, que hoje forma o Mato Grosso do Sul, traduzem o que foi esse processo peculiar que culminou com o desenvolvimento econômico, cuja atividade pecuária assumiu papel protagonista no estado.

O oitavo capítulo, “As expressões imateriais da (re)territorialização camponesa nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano”, do autor, Rafael de Melo Monteiro, apresenta uma síntese do processo de luta e construção dos assentamentos rurais nessa região, frutos da luta pela terra dos sindicatos de trabalhadores rurais, da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, os assentamentos são a expressão concreta e simbólica da (re)territorialização camponesa. A existência desses assentamentos é fundamental para se contrapor à hegemonia da agricultura capitalista, para a (re)criação do modo de vida camponês e da agricultura camponesa, para a produção do território e das territorialidades, no estado do Goiás, entre os anos 1980/1990. Através das ocupações, o processo de luta pela terra foi um período fundamental para a (re)territorialização camponesa no sudeste goiano, ganhando expressão com a formação dos assentamentos rurais, entre os anos 1987 e 2010.

O autor do nono capítulo, “Geografia agrária em debate: uma análise crítica do pensamento geográfico produzido no Brasil”, Guilherme dos Santos Claudino, mostra o panorama da construção histórica do conceito de camponês nos estudos geográficos do Brasil, fração constelatória dos estudos ligados à compreensão do conhecimento produzido por geógrafos e outros sujeitos que, de diferentes formas, impulsionaram movimentos, nas ideias e nos modos de pensar e conhecer o mundo rural. Além disso, as relações entre sujeitos e objetos construídas pelos pesquisadores, proporciona a construção de histórias, paradigmas, perspectivas e previsões sobre os estudos geográficos do rural brasileiro. Assim, esse conhecimento sobre a temática produzido e materializado, estão sendo

divulgados em revistas, músicas, dissertações, teses, conceitos, categorias, livros e grupos de pesquisa, entre outros.

No décimo capítulo, “Cidadania empresarial às avessas: o uso do marketing verde como mecanismo de ocultação da degradação ambiental pelo agronegócio”, os autores Miguel Rodrigues Netto e Ana Aparecida Morais de Oliveira, destacam o papel do marketing, agora idealizador, difusor e consolidador do discurso sobre a responsabilidade social empresarial (RSE). Um dos aspectos de destaque do marketing social é a valorização que ele traz para a imagem das empresas. A preocupação com a imagem tem levado as empresas a adotar rótulos, logotipos e slogans que as vinculem a projetos ambientais, com o intuito de imprimir na mente dos indivíduos o quanto a empresa está preocupada com a preservação do ambiente. Num mundo cada vez mais competitivo, as empresas veem benefícios em adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial.

No décimo primeiro capítulo, “Do caráter seletivo da modernização agrícola às políticas públicas para a agricultura familiar”, as autoras, pesquisadoras Carla Hentz Rosangela e Aparecida de Medeiros Hespanhol, analisam o processo de modernização do campo brasileiro, através de políticas nacionais e centralizadoras, incapazes de atender às demandas de cada região e/ou às diferentes cadeias produtivas, restando aos agricultores familiares “as consequências do processo modernizante”, que sofrem com endividamento, desemprego, perda das terras, degradação ambiental, empurrando-os ao êxodo rural e agrícola. Assim, a nova mudança, ocorrida na concepção das políticas públicas, buscou atenuar os profundos impactos causados pelo processo de modernização agrícola. O estado passou a reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, que sempre teve desvantagem em relação a agricultura empresarial.

No décimo segundo capítulo, “Entre escala e visibilidade: agriculturas urbanas no município de São Paulo”, dos autores Eduardo de Lima Caldas e Martin Jayo, há uma importante contribuição para as políticas e práticas contemporâneas de agricultura urbana na cidade de São Paulo. Ressalta-se as iniciativas voltadas à agricultura urbana na cidade, fundamentada em dois modelos: de um lado a agricultura urbana “de escala”, capaz de abastecer o consumo de alimentos em volume significativo, e de outro a agricultura urbana “de visibilidade”, que, embora também produza algum volume de alimentos, destina-se mais à produção de discurso, consciência ambiental e visibilidade para a agenda política da agricultura urbana.

No décimo terceiro capítulo, “Compras públicas governamentais: uma análise dos programas brasileiro, uruguaio e chileno”, escrito pelos autores Junior Miranda Scheuer, Sofía Boza Martínez e

Norberto Rodríguez Rodríguez, nota-se um esforço importante e atual em analisar, sob a perspectiva do desenvolvimento rural, a operacionalidade e o alcance dos programas de compras públicas brasileiro (PAA e PNAE), uruguaio (Compras Públicas a la Agricultura Familiar) e chileno (Programa de Alimentação Escolar). Destaca-se o papel da agricultura familiar, tendo como base os três países, seu papel a partir das constantes manifestações sociais, intelectuais e políticas, entre as décadas de 1980 e 1990. A trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar, aqui retratada de forma abreviada, iniciou-se com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de 1996, com o PAA em 2003, no caso brasileiro. No Uruguai, com a criação da lei da agricultura familiar em 2006 e com a reformulação do Pnae no ano de 2009. No Chile, as compras públicas da agricultura familiar camponesa foram iniciadas muito recentemente.

No décimo quarto capítulo, “Fronteira Brasil/Bolívia: diagnóstico sobre relações trabalhistas de exploração de mão de obra na produtividade de proteínas animal e vegetal, caso oeste de Mato Grosso”, escrito por Denildo da Silva Costa, o autor apresenta um diálogo sobre as relações no espaço de fronteira Brasil/Bolívia. Discute fatores econômicos envolvidos nas relações trabalhistas que utilizam mão de obra de bolivianos, submetidos aos abusos em fazendas brasileiras. A fronteira sul-americana Brasil/Bolívia é lugar de exclusão e violência, onde bolivianos são submetidos a trabalhos sem nenhum amparo social, previdenciário, de saúde ou direitos trabalhistas, sendo submetidos a jornadas extensas. Ao migrarem para as fazendas brasileiras, os bolivianos tornam-se produtos, sendo levados ao endividamento, perdendo, conseqüentemente, sua liberdade, passando a atuar como força de trabalho assalariada, num sistema de dependência dos patrões que os tornam reféns e os submetem ao aprisionamento. Configura-se escravidão moderna no Brasil quando observados alguns dos seguintes elementos: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes e restrição de locomoção por dívida. Nesse contexto, as comunidades bolivianas transformam-se em pontos de oferta de mão de obra barata, fundamentada em uma relação desigual e formas de exploração agressivas.

A leitura dos artigos que compõem este livro, abre caminho para fazermos uma reflexão do cenário que vem sendo construído pelo agronegócio, agricultura empresarial dos monocultivos, do aparelho do estado, atuando de forma conjunta na exploração dos recursos naturais e dos territórios dos camponeses/agricultores familiares no campo brasileiro. Essas ações causam, desigualdades, conflitos, disputas, exclusão no campo, através dos interesses do capital, que atua pensando somente nos interesses econômicos e aumento dos lucros.

A atuação dos interesses do capital vem dominando várias atividades no território nacional, afetando diretamente os agricultores familiares que vivem no campo, promovendo a expropriação da terra, dos recursos naturais, da cultura local, causando o aumento da concentração de terra e dos conflitos no campo.

Por fim, é mister salientar o mérito dos autores e autoras e destacar as profundas reflexões, tanto do ponto de vista teórico quanto nos trabalhos de campo – empírico, sobre o cenário perverso que os camponeses e comunidades tradicionais encaram no campo, enfrentando uma batalha desigual e excludente, sob a ótica do descaso em relação às questões sociais e ambientais, ante a atuação do agronegócio, geralmente com o apoio do Estado em diversas atividades no meio rural, político e territorial brasileiro e sul-americano.

Referências

BERTHOLI, Anderson Willians; FERREIRA, Gustavo H. Cepolini Ferreira (Orgs.) **Espaço agrário em questão**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019. 300p.